



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

Nº. 23/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,35 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas aos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço às seguintes perguntas, conforme a seguir se transcreve:

Assunto: Realojamento de Comunidade de Etnia Cigana:

"Sobre o tema em epígrafe informo que, foram cedidos pela Câmara Municipal materiais de construção civil aos moradores dos espaços referidos no vosso requerimento, para a realização de intervenções de manutenção.

Mais informo que as famílias que ocupam os espaços identificados são as mesmas que, à data de 1 de Outubro de 2017, já ali se encontravam, sendo pois do conhecimento de Vossas Excelências que, à data, exerciam as responsabilidades da gestão municipal."

**Assunto: Pedidos de pagamento relativamente ao empréstimo de 900.000,00 € contratado em
28/12/2015:**

"Sobre o tema em epígrafe informo que, durante o presente mandato não foi realizado qualquer pedido de pagamento."

Assunto: Auditoria às contas do Município:

"Sobre o tema em epígrafe informo que, quando existir um relatório dessa mesma "Auditoria" pronto a ser entregue, do mesmo será dado conhecimento aos Senhores Vereadores."

Assunto: Ponto da situação do pedido de empréstimo de 1.175.000,00 €:

"Sobre o tema em epígrafe remete-se a resposta ao vosso requerimento para a ordem de trabalhos da "Reunião de Câmara" de 11 de Outubro de 2018 e, nomeadamente, a proposta de modificação do objeto do referido empréstimo."

Assunto: Transporte de alunos de e para a Funcheira:

Sobre o tema em epígrafe informo que o serviço de transporte disponibilizado pelo Município com origem em Castro Verde e destino na Funcheira, e vice-versa, foi retomado a 30 de Setembro, tendo utilizado este serviço 6 alunos. Foi realizado apenas o percurso Castro Verde/Funcheira".

No seguimento deste ponto da ordem de trabalhos, deu o Sr. Presidente da Câmara conhecimento da recente visita da Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República ao Centro de Saúde, e que havia manifestado junto da mesma a defesa da construção de um novo edifício para o Serviço de Urgência Básica (SUB) em Castro Verde, nas imediações do existente, com a dimensão e as condições necessárias para dar resposta à população dos três concelhos vizinhos, e que esta Câmara Municipal está disponível para ceder o terreno para o efeito, assim como para a construção de um heliporto, e que a mesma teve bom acolhimento para o agendamento de uma reunião com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo.

Em seguida apresentou o Sr. Vereador Francisco Duarte a seguinte proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Jacinto Mira, subscrita igualmente pelo Sr. Vereador António João Colaço, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade do executivo municipal.

"Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, vem propor que a Câmara Municipal aprove o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento de JOSÉ JACINTO MIRA:

No dia 8 do corrente mês de outubro, faleceu José Jacinto Mira, um homem disponível para a participação cívica, cujo nome fica ligado ao Poder Local Democrático no concelho de Castro Verde, muito em especial à Freguesia de Entradas, onde desempenhou o cargo de Presidente da Junta de Freguesia no mandato 1976 - 1979, tendo sido membro da Assembleia Municipal por inerência ao cargo de Presidente daquela Junta de Freguesia.

José Jacinto Mira foi eleito nas listas da FEPU (depois APU e atual CDU) tendo desempenhado com dedicação, competência e responsabilidade os cargos que lhe foram confiados em prol do desenvolvimento e bem-estar da população, bem como da causa democrática.

Assim, a Câmara Municipal de Castro Verde, em reunião ordinária de 11 de Outubro 2018, deliberou, por unanimidade aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Jacinto Mira e expressar aos seus familiares as mais sentidas condolências."

Apresentaram em seguida os mesmos Vereadores os seguinte contributos para a proposta das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019:

"Assunto: Contributos para a proposta das "Opções do Plano e Orçamento para 2019"

Em resposta ao vosso ofício nº 1511 datado de 01/10/2017 cumpre-nos informar:

Face à baixa taxa de execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2018, nomeadamente relativamente a algumas intervenções que tínhamos considerado prioritárias aquando da entrega dos contributos da CDU para o exercício de 2018, entendemos imperioso inscrever e dotar financeiramente de forma adequada os seguintes investimentos:

- Remodelação da rede de abastecimento domiciliário de água a Castro Verde;
- Requalificação da EM 508 e do CM 1139;
- Construção do Centro da Viola Campaniça, Artes e Ofícios de Castro Verde;
- Implementação das intervenções em espaço urbano integradas no PEDU em articulação estreita com a remodelação das respetivas infraestruturas;
- Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes de Castro Verde;
- Ampliação do Parque Comunitário de Castro Verde;
- Construção da Zona de Atividades Económicas de Castro Verde.

Convém relembrar que grande parte destes investimentos foram preparados e programados pelo anterior executivo e na maioria dos casos com cofinanciamento garantido e alguns já têm concursos lançados e empreitadas adjudicadas.

Como já tínhamos referido em 2017, consideramos ainda fundamental:

→ Garantir o financiamento necessário à prestação dos serviços inerentes às competências próprias da autarquia (abastecimento de água, drenagem e tratamento de efluentes domésticos, recolha e tratamento de resíduos sólidos, iluminação pública, higiene e limpeza, conservação da rede viária, etc.) bem como das competências protocoladas (educação, ação social, inserção profissional, Justiça, etc.);

→ Manter e aprofundar os Acordos de Execução e de Cooperação e os Contratos Inter-Administrativos de Delegação de Competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho.

Face à opção tomada em meados de 2018 (contrariando aliás as afirmações do executivo e os documentos previsionais aprovados) de cortar com as contrapartidas financeiras dos "Acordos de Cooperação" impõe-se retomar as negociações com as Juntas de Freguesia relativamente aos investimentos que pretendem fazer e dotá-los financeiramente no orçamento municipal;

→ Repor, no mínimo ao nível de 2017 e se possível reforçar, o apoio financeiro e logístico ao Movimento Associativo do concelho e alargá-lo às associações que o solicitem e às quais seja reconhecido o mérito;

→ Manter e reforçar o apoio financeiro e logístico ao Conservatório Regional do Baixo Alentejo;

→ Programar e dotar financeiramente a realização das iniciativas a nível cultural e desportivo, que tem contribuído de forma decisiva para a promoção do concelho, nomeadamente: Entrudanças, Primavera no Campo Branco, Festas da Vila e Planície Mediterrânica;

→ Garantir e desenvolver as dinâmicas inerentes aos objetivos que balizaram a criação do INCastro – Centro de Ideias e Negócios de Castro Verde;

→ Aprofundar e definir com os parceiros (LPN – Liga para a Proteção da Natureza e AACB – Associação de Agricultores do Campo Branco) a Estrutura de Gestão da "Reserva da Biosfera de Castro Verde" e implementar o respetivo Plano de Ação, disponibilizando para isso os respetivos recursos humanos e financeiros.

Em paralelo com este conjunto de contributos consideramos fundamental que as "Opções do Plano" plasmem de forma clara e inequívoca

- A reivindicação do reforço da participação das autarquias nos impostos de Estado;
- A reivindicação da reposição urgente das freguesias de Castro Verde e Casével;
- A reivindicação de uma negociação clara e ponderada das transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais, nomeadamente e no caso concreto de Castro Verde, na área da Educação;

- A reivindicação junto do Ministério da Educação ("concluídas que estão as negociações"???) do início urgente e efetivo das obras de requalificação da "Escola Secundária".

No âmbito dos contributos para a proposta das "Opções do Plano e Orçamento para 2019" solicitou o Sr. Vereador Francisco Duarte informação sobre resultados das reuniões havidas nesse sentido nas diferentes freguesias do concelho, tendo Sr. Presidente informado que a participação nas mesmas não foi muito relevante, decorrendo dentro do que é habitual, em que as pessoas na maioria dos casos apresentaram questões de pequeno pormenor em termos de rua e do quotidiano dentro de cada localidade.

Em seguida teceram os Srs. Vereadores da CDU os seguintes comentários às respostas dadas pelo Sr. Presidente aos requerimentos que tinham apresentado na reunião de Câmara realizada em 13/9/2018, e que a seguir se transcrevem na íntegra:

- **"Requerimento nº 30** – solicitada informação sobre as datas, montantes e justificativos dos pedidos de pagamento efetuados junto da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS bem como dos recebimentos daí decorrentes, relativamente ao empréstimo de 900.000,00 €, contraído em 28/12/2015.

Resposta de 11/10/2018: "...durante o presente mandato não foi realizado qualquer pedido de pagamento."

Esqueceram-se de informar que, hoje, tais pedidos também já não podiam ocorrer porque o prazo de utilização do empréstimo já tinha terminado e o pedido de prorrogação de prazo tinha sido indeferido. Mas só tomámos conhecimento desta situação pelo anexo a uma proposta que irá ser apreciada mais à frente.

Entretanto desde a tomada de posse deste executivo (17/10/2017) e a data final do período de utilização tiveram mais que tempo para, no mínimo, dar início a duas obras já contratadas (Remodelação da rede de água de Castro Verde-2ª fase e Reabilitação da EM 508 e do CM 1139) com financiamento previsto neste empréstimo e que esgotariam facilmente o saldo remanescente do mesmo.

"Mais um exemplo de "Boa Gestão" do PS na Câmara Municipal – Para quem se queixa de falta de dinheiro, desperdiçar 700.000 € será sinónimo de quê? "

- **Requerimento nº 31** – solicitado o ponto de situação do pedido de empréstimo de 1.175.000,00 € proposto pela Câmara Municipal e aprovado pela respetiva Assembleia na sua sessão de 26/04/2018.

Resposta de 11/10/2018: "...remete-se a resposta ao v/ requerimento para a Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara do dia 11 de Outubro de 2018 e, nomeadamente, a proposta de modificação do objeto do referido empréstimo."

Mais uma vez fogem (não respondem) às questões formuladas!

Quais foram os procedimentos da CMCV desde a data de aprovação do pedido de empréstimo (AM de 26/04/2018) e o dia de hoje? Enviaram o processo para o Tribunal de Contas? Quais os pedidos de esclarecimento que receberam? Quais as respostas dadas? Já houve alguma decisão do Tribunal de Contas?

Mais outro exemplo de "Boa Gestão" do PS à frente da Câmara Municipal!"

- **Requerimento nº 32** – solicitado o ponto de situação e o relatório final do processo de Auditoria às contas da Câmara Municipal de Castro Verde, adjudicado em Janeiro 2018 à “Oliveira, Reis & Associados – SROC, Lda.”

Resposta de 11/10/2018: “...quando existir um relatório dessa mesma “Auditoria” pronto para ser entregue (?), do mesmo será dado conhecimento aos Senhores Vereadores.”

O prazo para a elaboração da Auditoria era de 160 dias. Deveria ter terminado em Julho! Estamos em Outubro ...

Relativamente à resposta ao **requerimento nº 35** apresentado na reunião de Câmara de 27/09/2018 e que referia: “tendo tomado conhecimento das intervenções levadas a cabo no São Sebastião, mais concretamente no edificado que estava a ser ocupado pela comunidade cigana e nos estaleiros/armazéns municipais, solicitam através do presente requerimento que nos facultem:

- O projeto das referidas intervenções;
- As obras efetuadas, empreiteiro que as realizou, procedimento de adjudicação e respetivo custo;
- Listagem das famílias da comunidade cigana que ficaram instalados no referido espaço.”

os vereadores da CDU teceram os seguintes comentários:

Resposta de 11/10/2018: “... foram cedidos pela Câmara Municipal materiais de construção civil aos moradores ... para a realização de intervenções de manutenção.”

É mentira!

Temos conhecimento de pessoal da IMOCASTRO e da CMCV que trabalhou no local e neste momento o trabalho só está interrompido por falta de material.

No caso da IMOCASTRO, não é certamente “pro bono” que estão a trabalhar e gostaríamos de saber como e quem lhe paga o serviço.

Por fim relativamente à comunidade cigana e contrariamente ao que escrevem há efetivamente novos moradores!

Mais um exemplo da falta de respeito (para não dizer outra coisa!) nas respostas aos nossos requerimentos: respostas evasivas, respostas ao lado das questões formuladas, mas com uma constante em quase todas: as omissões, as meias verdades e as mentiras.”

Ainda no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Vereador Francisco Duarte, afirmou que havia tido conhecimento na reunião que a Comissão Coordenadora da CDU com a Direção do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, recentemente realizada, foi abordada a questão do atraso no pagamento de refeições, por parte da Câmara Municipal, desde o mês de Abril do ano corrente, tendo o Sr. Presidente afirmado, de imediato, que tal não se verifica, conforme a respetiva conta corrente que se disponibilizou fornecer.

Relativamente aos restantes pontos apresentados, o Sr. Presidente informou que tinha anotado as diferentes posições manifestadas, bem como os termos e a linguagem pouco apropriada utilizados, vincando ainda que, em grande parte destas posições, os Senhores Vereadores manifestam uma evidente e permanente intenção de “infetar” a opinião pública.

Aprovação da ata da reunião anterior:

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a

mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente, não tendo o Sr. Presidente participado na votação por não ter estado presente na referida reunião.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do "mail" da Federação Nacional dos Professores sobre a "Lei nº.50/2018 (Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) – Apelo da FENPROF.", e do "mail" do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, dando conhecimento do pré aviso de greve convocado para o próximo dia 26 do corrente mês.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	6.629.541,28 €
Soma	6.815.210,63 €
Despesas realizadas	6.698.460,88 €
Saldo em 30.09.2018	116.749,75 €

- Operações de Tesouraria

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	573.596,69 €
Soma	825.044,53 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	626.904,38 €
Saldo em 30.09.2018	198.140,15 €

- Disponibilidades

Caixa	16.078,79 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	296.311,11 €
Total das disponibilidades em 30.09.2018	314.8898,90 E
Documentos	19.138,40 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.09.2018	334.028,30 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Setembro de 2018: 796.654,96 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à data de 30 de Setembro e do balancete acumulado (razão) respeitante ao mês de Setembro findo.

**2. - Contratação de empréstimo bancário no valor de 1.175.00,00:
- Redefinição dos projetos. – Adenda ao Contrato:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando o indeferimento da Administração da Caixa Geral de Depósitos à prorrogação do prazo do empréstimo contratado em 2015/2016, onde contávamos com 460.000,00 € do seu valor total afetos à construção das estradas: EM 508 e CM 1139, (doc. anexo).

Considerando que o segundo empréstimo que estamos a tentar contratar só representava mais 300.000,00 € a acrescentar ao valor atrás mencionado de 460.000,00 €, o que totalizava 760.000,00 € a afetar à construção das duas estradas;

Considerando que o indeferimento da prorrogação do prazo do primeiro empréstimo, faz com que fiquemos apenas como valor disponível os 300.000,00 € do segundo;

Considerando que o valor total do investimento nas estradas é de 1.372.519,39 € e que o valor do empréstimo a afetar às estradas é de apenas 300.000,00 €, o que se revela de todo insuficiente para realização das mesmas e, portanto, inviabiliza a realização das obras;

Considerando o prejuízo que daí resultava com a não execução das obras, de todo necessárias, e a indemnização ao empreiteiro, dado que as duas empreitadas têm contratos aprovados e estão visadas pelo Tribunal de Contas;

Considerando, por outro lado, que uma parte substancial do empréstimo tinha com destino financiar a contrapartida nacional das obras do PEDU de Castro Verde e da Zona de Atividades Económicas (ZAE), cujo financiamento comunitário está assegurado ou, no caso na ZAE, em vias de ser assegurado;

Considerando que, em junho deste ano, foi criada a Linha de Crédito "BEI PT 2020 – Autarquias", que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional das operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito do Portugal 2020;

Assim, face ao exposto, proponho:

1º.- Que os únicos projetos a considerar no presente empréstimo sejam aqueles que se seguem, uma vez que sem o recurso a um montante considerável a afetar às duas estradas, será de todo impossível realizarmos as empreitadas em causa, com todas as consequências que daí poderão advir para a Câmara Municipal:

- Rede Viária: EM 508 e CM 1139 – 925.000,00 €.
- Rede de Águas: 250.000,00 €

2º.- Apresentar junto da entidade bancária a presente decisão para correção como adenda ao contrato.

3º. - Enviar a correção ao nível dos projetos a considerar no presente empréstimo para o Tribunal de Contas;

4º. - Avançar com todas as etapas conducentes à contratualização de um empréstimo a partir da Linha de Crédito "BEI PT 2020 – Autarquias" para financiar as obras do PEDU e da ZAE:"

Apreciado o assunto, o Sr. Vereador Francisco Duarte chamou a atenção para o facto da proposta em apreciação integrar quatro pontos, tendo por isso, concluído e afirmado o que a seguir se transcreve na íntegra:

a) "Os únicos projetos a considerar no presente empréstimo passa a contemplar sejam:

EM 508 e CM 1139	925.000,00 €
Rede de abastecimento de água de Castro Verde.....	<u>250.000,00 €</u>
TOTAL = 1.175.000,00 €	

O PS não foi capaz de utilizar o saldo de 700.000 € do anterior empréstimo para a realização de obras que já estavam contratadas e não se iniciaram! Agora veem consignar a totalidade do montante deste empréstimo apenas a 2 obras deixando de lado outras 4 (Ampliação do cemitério de Castro Verde, Remodelação das Instalações Elétricas do Estádio Municipal, Zona de Atividades Económicas e as obras integradas no PEDU), mesmo que duas delas possam recorrer ao crédito bancário através de outra "linha". Mas isso implica um novo empréstimo!

E assim o recurso ao crédito, que o PS tanto diabolizou no passado recente (enquanto foi oposição) passou agora a ser necessário! Afinal quem é que vai aumentar a dívida da Câmara Municipal?

b) "Apresenta junto da entidade bancária a presente decisão para correção como adenda ao contrato;"

c) "Enviar a correção ao nível dos projetos a considerar no presente empréstimo para o Tribunal de Contas;"

Pensamos que não tem sentido o pronunciamento sobre estas duas matérias.

Em nosso entender o procedimento a adotar neste caso concreto é em todo idêntico ao pedido de empréstimo aprovado pela AM de 26/04/2018: entidade bancária, apreciação na CM e posteriormente na AM e finalmente remessa para o visto do Tribunal de Contas.

d) "Avançar com todas as etapas conducentes à contratualização de um empréstimo a partir da Linha de Crédito "BEI PT 2020 – Autarquias" para financiar as obras do PEDU e da ZAE"

Não é explicitado o enquadramento nem as condições desta linha de crédito

Não é definido o montante deste empréstimo nem é avaliado o enquadramento deste montante na capacidade de endividamento da Câmara Municipal.

Na prática pedem-nos um cheque em branco.

Neste contexto, o nosso voto é contra!

São tudo bons exemplos da gestão que o PS está a promover na Câmara Municipal de Castro Verde. Nós (a CDU) éramos incompetentes"

Perante as palavras dos Srs. Veadores, o Sr. Presidente lamentou que estes prossigam numa atitude pouco construtiva e verdadeiramente ressabiada para, como acontece neste caso, procurar confundir as pessoas e não explicar porque, durante 21 meses, não houve competência do anterior executivo para utilizar o saldo de 700.000,00 euros do empréstimo que contraiu na banca.

Mais destacou o Sr. Presidente que o empréstimo referido foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 29 de Janeiro de 2016 e que, durante 21 meses, o executivo da CDU utilizou 200.000 euros e não utilizou os restantes 700.000 euros. A par disso, o anterior executivo adjudicou as obras da EM 508 (Castro Verde/Santa Bárbara) e do CM 1139 (Santa Bárbara/Mina de Neves-Corvo) por um total de € 1.372.519,30 (valor com IVA incluído) quando, no empréstimo, o mesmo executivo definiu apenas € 460.000,00 para financiar as duas obras.

Perante este quadro, o Sr. Presidente deixou claro que, se os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João conseguiram fazer duas obras adjudicadas por € 1.372.519,30 quando tinham apenas € 460.000,00 assegurados, o atual executivo não embarca em "aventuras" semelhantes e, com responsabilidade e os pés bem assentes no chão, está a trabalhar muito para garantir o financiamento das obras das estradas e, ao mesmo tempo, das expropriações, que é outro caso "herdado" do anterior executivo e que agora está a ser resolvido.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que justificaram a sua posição com a seguinte declaração de voto:

"Votamos contra porque a proposta apresentada tem quatro pontos nos quais nos pedem, para além da alteração do objeto do empréstimo, aprovado pela Assembleia Municipal, se autorize a apresentar junto da entidade bancária a supra mencionada decisão de remeter para o Tribunal de Contas o processo alterado e por fim autorizar a Câmara Municipal a avançar com a contratação de um empréstimo no âmbito da linha de crédito "BEI PT 2020 – Autarquias" sem enquadrar minimamente, sem referir o montante deste empréstimo e sem o seu prazo.

Entendemos que a haver este procedimento deverá ser equivalente ao que foi seguido inicialmente e que conduziu à aprovação da Assembleia Municipal em 26/4/2018, o que não se infere na proposta apresentada."

A seguir o Sr. Presidente prestou a seguinte declaração:

"Reafirmamos o teor da proposta apresentada e reforçamos que a mesma visa basicamente superar o grave problema criado pelo anterior executivo, do qual os Senhores Vereadores Francisco Duarte e António João faziam parte, com a adjudicação de duas obras (EM 508 e CM 1139) que não têm financiamento assegurado, apesar de adjudicadas em Maio de 2017. Isto é, para duas obras que implicam um investimento € 1.372.519,30, a maioria do anterior Executivo avançou com a contratação da obra quando tinham apenas € 460.000,00. Cremos que, este procedimento, deixa claro os termos como este processo foi (mal) conduzido pelo anterior Executivo.

Sobre a contratação de um empréstimo no âmbito da linha de crédito "BEI PT 2020 – Autarquias", evidentemente que só uma deficiente interpretação da proposta apresentada pode levar os Srs. Vereadores a não compreender os termos em que o assunto é apresentado e que passamos a repetir: (...) **Avançar com todas as etapas conducentes à contratualização de um empréstimo a partir da Linha de Crédito "BEI PT 2020 – Autarquias" para financiar as obras do PEDU e da ZAE: (...)**

Dito isto, temos a expectativa de superar o problema de financiamento de duas obras que foram adjudicadas sem haver dinheiro para as pagar!"

4º. - Concurso público para alienação de viaturas usadas – Relatório final de apreciação das propostas:

Foi presente o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, no qual o respetivo Júri propõe a alienação das viaturas usadas aos concorrentes melhores classificados, nos seguintes termos:

Referência	Marca e modelo	Categoria / Tipo	N.º ordem recebida	Nome do Candidato	Valor proposto	Ordem Classificação
LOTE 1	Weller 700 + Piaggio	Cilindro de Estrada + Motociclo	1.º	Manuel Pontes Rosa	815,00€	1º
			2.º	Ambigroup Resíduos, S.A.	550,00€	Excluído

Referência	Marca e modelo	Categoria / Tipo	N.º ordem recebida	Nome do Candidato	Valor proposto	Ordem Classificação
LOTE 2	Mitsubishi L200	Ligeiro de Mercadorias	1.º	Manuel Pontes Rosa	507,00€	1º

Referência	Marca e modelo	Categoria / Tipo	N.º ordem recebida	Nome do Candidato	Valor proposto	Ordem Classificação
LOTE 4	Caterpillar	Máquina de Rastos Buldozer	1.º	Frasomáquinas Unip. Lda	7.505,00€	1º
			2.º	Luís Manuel Neves Luís	6.999,00€	2º
			3.º	Jorge Manuel Cruz Nobre	5.620,00€	3º
			4.º	Ambigroup Resíduos, S.A.	5.060,00€	4º
			5.º	Manuel Pontes Rosa	5.010,00€	5º

Referência	Marca e modelo	Categoria / Tipo	N.º ordem recebida	Nome do Candidato	Valor proposto	Ordem Classificação
LOTE 5	Dumper	Dumper (3)	1.º	Luís Manuel Neves Luis	780,00€	1º
			2.º	Ambigroup Resíduos, S.A.	753,00€	2º

5.- Fundamentação para efeitos de celebração de contrato de aquisição de serviços na área da advocacia.

Apreciou a Câmara a fundamentação formulada pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos, em conformidade com o disposto no n.º 5 do art.º 61º da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração de um contrato de aquisição de serviços na área da advocacia, com Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados – Sociedade de Advogados SP RL, por ajuste direto (regime geral) pelo preço base de 8.000,00 €, mantendo-se o mesmo em vigor até à conclusão dos serviços.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, emitir parecer prévio favorável para a celebração do referido contrato de aquisição de serviços, conforme fundamentação formulada pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos.

6.- Fundamentação para efeitos de celebração de contrato de aquisição de serviços de elaboração do projeto museológico municipal:

Apreciou a Câmara a fundamentação formulada pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos, em conformidade com o disposto no n.º 5 do art.º 61º da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de elaboração do projeto museológico municipal, com Diálogooriginal Bibliotecas, Museus e Arquivos Ld.ª, por ajuste direto (regime simplificado) pelo preço base de 4.500,00 €, mantendo-se o mesmo em vigor de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2018.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, emitir parecer prévio favorável para a celebração do referido contrato de aquisição de serviços, conforme fundamentação formulada pelo Setor de Planeamento e Gestão de Contratos.

Justificaram os Srs. Vereadores o seu voto contra com a seguinte declaração de voto:

"O nosso sentido de voto é contra porque entendemos que nada justifica a contratação de uma prestação de serviços nesta área e nenhum dos argumentos apresentados o exige. Assim só nos resta expressar um veemente voto de protesto pelo afastamento (saneamento político) do Dr. Miguel Rego das suas funções de coordenador da rede de museus do concelho e reafirmar o nosso reconhecimento público pelo trabalho que desenvolveu em Castro Verde no âmbito do conceito de "Museu do Território" e que projetou o nosso concelho muito para além das suas fronteiras."

Apresentou a seguir o Sr. Presidente a seguinte declaração de voto:

“Rejeitamos inteiramente os termos e o tipo de linguagem, aliás frequente, que os Srs. Vereadores utilizam para analisar um procedimento normal de substituição de uma pessoa no cumprimento das suas funções quando, tal como entendemos neste momento, é inteiramente legítimo reequacionar e renovar o projeto museológico do concelho e, nesse contexto, proceder às alterações que se consideram oportunas para atingir os objetivos pretendidos.

Não havendo profissionais insubstituíveis, entendemos como fundamental a abertura deste novo ciclo, o que não implica não reconhecermos o mérito do trabalho desenvolvido nos últimos anos. Contudo, tal como referido, o entendimento que temos neste momento assenta numa visão diferente, com outras metas e protagonistas e, com toda a legitimidade política, é essa visão que iremos concretizar.”

7. - Concessão de abono para falhas a leitor cobrador:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

1 - Nos termos do nº 1, do artº 2º do Decreto-Lei nº 4/89, de 6 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 276/98, de 11 de setembro, e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, têm direito a um suplemento remuneratório designado “abono para falhas” os trabalhadores que manuseiem ou tenham à sua guarda, nas áreas de tesouraria ou cobrança, valores, numerário, títulos ou documentos, sendo por eles responsáveis.

2 - De acordo com o nº 2 do artº 2 da norma legal atrás citada “as carreiras e ou categorias, bem como os trabalhadores que, em cada departamento ministerial, têm direito a “abono para falhas”, são determinadas por despacho conjunto do respetivo membro do governo e dos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública)

3 - O nº1 do Despacho nº 15409/2009, determina que “têm direito ao suplemento designado “abono para falhas”, os trabalhadores titulares da categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico que ocupem postos de trabalho que, de acordo com a caracterização constante do mapa de pessoal, se reportem às áreas de tesouraria ou cobrança que envolvam a responsabilidade inerente ao manuseamento ou guarda de valores, numerário, títulos ou documentos.

4 - Nos termos do nº 2 do Despacho nº 15409/2009, nas autarquias locais têm direito ao suplemento designado “abono para falhas” os trabalhadores titulares da categoria de coordenador técnico da carreira de assistente técnico que se encontrem nas mesmas condições, bem como os titulares da categoria subsistente de tesoureiro-chefe.

5 - Nos termos do nº 5 do referido despacho, o reconhecimento do direito a abono para falhas a trabalhadores integrados noutras carreiras, ou titulares de outras categorias, efetua-se mediante despacho conjunto dos membros do Governo da tutela e das Finanças e da Administração Pública.

6 - Por força do Dec-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro deverá ser o órgão executivo a definir os postos de trabalho que impliquem o manuseamento de valores e consequente atribuição daquele suplemento remuneratório aos trabalhadores que ocupam e que efetivamente procedem àquele manuseamento.

7 - O abono para falhas é reversível diariamente a favor dos trabalhadores a que a ele tenham direito e distribuído na proporção do tempo de serviço prestado no exercício das funções, sendo o valor diário calculado por aplicação da fórmula $(\text{Abono para falhas} \times 12) / (n \times 52)$ em que n é igual ao número de dias de trabalho por semana.

8 - Nos termos da Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, o montante pecuniário do "abono para falhas" é de 86,29€.

9 – Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal reconheça o direito a "Abono para falhas" ao trabalhador José Maria Nobre Gil, que ocupa o posto de trabalho de Assistente Operacional (leitor cobrador de consumos), fundamentado no facto de o trabalhador em causa manusear valores ao efetuar o serviço de leitura e cobrança de água ao domicílio dos diversos consumidores do concelho.

Apreciada a proposta apresentada pelo Sr. Presidente deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder ao Assistente Operacional (leitor cobrador de consumos) José Maria Nobre Gil o "abono para falhas" conforme proposto pelo Sr. Presidente.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras e loteamentos municipais:

- **Plano de segurança e saúde para execução da obra de substituição da cobertura das oficinas municipais, sitas na Travessa de Mértola, em Castro Verde:**

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão de aprovação do Plano de Segurança e Saúde que aprovou com base na informação prestada pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, para execução da obra em título, tendo a Câmara deliberado por unanimidade e nominalmente, ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente.

Obras Particulares/ Outros:

1.- Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente os seguintes projetos para efeitos de deliberação final sobre os respetivos processos de obras:

- das especialidades, apresentados por Alexandre Policarpo, para remodelação da sua habitação, sita na Rua do Poço nº. 25, em Castro Verde (PO nº.1/2018)
- de arquitetura e especialidades, apresentados pela SOMINCOR SA, para construção de chaminé de ventilação no Couto Mineiro de Neves Corvo (PO nº.40/2018).
- da Comissão Fabriqueira de Castro Verde para realização da limpeza da cobertura e pintura da Igreja Matriz – Basilica Real.

2. - Caducidade de processo de obras

Com base na informação da Seção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade do processo de obras de Transmissão Sado – Reparação de Caixas de Velocidade, Unipessoal Ld.ª, para construção de pavilhão/armazém no Largo da Feira, lote 2, em Castro Verde.

3. - Comunicações prévias nos termos do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento da seguinte comunicação prévia, ao abrigo do disposto na legislação acima referida:

- de Transmissão Sado – Reparação de Caixas de Velocidade, Unipessoal Ld.ª., para construção de pavilhão/armazém no Largo da Feira, lote 2, em Castro Verde.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

2. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº.473 e respetiva documentação elaborada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Isabel Nobre Emiliano, Carla Sofia Colaço Pereira, residentes em Castro Verde, e a Manuel João Viseus e Palmira de Jesus Costa Marçalo, residentes no Monte da Sete, todos no escalão A; e a Carmelita Rosa Albertina, residente em São Marcos da Ataboeira, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Dilar Inácia Canário Faustino, Maria Bárbara Raposo, residentes no Monte do Beringelinho, e de Ernesto Dolores Faustino, residente no Monte do Corvo, todos no escalão A, e de Joaquina Rosa Ireneu dos Santos Vitorino, residente em Casével, e de Maria José Guerreiro Ferro, residente no Monte da Sete, ambos no escalão B.
- Indeferir os pedidos de concessão de cartões sociais de Adelino Guerreiro Pereira, residente em Santa Bárbara de Padrões, e de Gracinda Fialho Candeias, residente em Casével, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento municipal.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

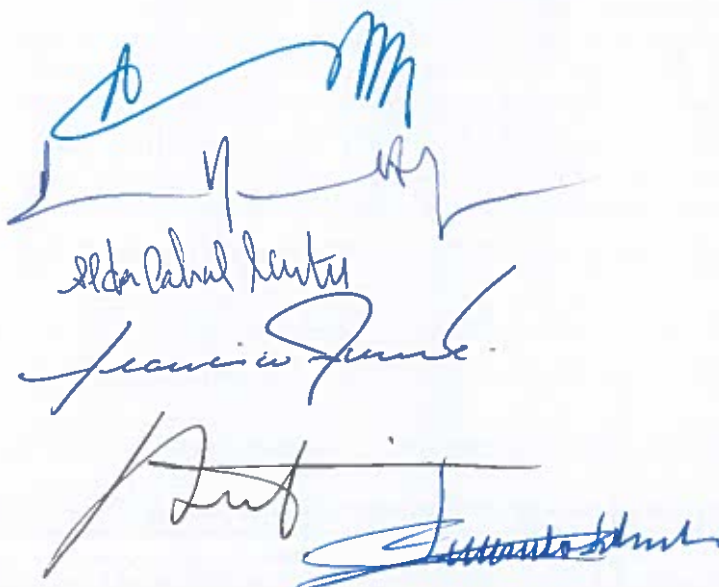
Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 23,50 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



Handwritten signatures of the council members and the administrative coordinator.